

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE
MATO GROSSO – CAMPUS VÁRZEA GRANDE
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO SUPERIOR TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

SUSAN EMANUELE DE LIMA E SILVA

THATIANNY LUANY DA SILVA ALVES

DISSEMINANDO O CONHECIMENTO SOBRE O QUE É O MOVIMENTO DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E DA EJA
DA ESCOLA JAIME VERISSIMO DE CAMPOS - Jaiminho

Várzea Grande - MT

2023

SUSAN EMANUELE DE LIMA E SILVA

THATIANNY LUANY DA SILVA ALVES

DISSEMINANDO O CONHECIMENTO SOBRE O QUE É O MOVIMENTO
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL PARA ALUNOS DO ENSINO
MÉDIO E DA EJA DA ESCOLA JAIME VERISSIMO DE CAMPOS -
Jaiminho

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador (a): Nilmara Meireles Fonseca

Várzea Grande - MT

2023

Dados internacionais de catalogação na fonte

E53d Emanuele de Lima e Silva, Susan
DISSEMINANDO O CONHECIMENTO SOBRE O QUE É O MOVIMENTO
DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL PARA ALUNOS DO ENSINO
MÉDIO E DA EJA DA ESCOLA JAIME VERISSIMO DE CAMPOS - Jaiminho /
Susan Emanuele de Lima e Silva; Thatianny Luany da Silva Alves; – Varzea
Grande – MT, 2023.

41 f. : il. color.

Orientador(a) Profa. Nilmara Meireles Fonseca
TCC (Graduação). (VGD - Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Várzea Grande, 2023.
Bibliografia incluída

1. Economia solidária.. 2. Metodologia Ativa.. 3. Ensino medio.. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

SUSAN EMANUELE DE LIMA E SILVA

THATIANNY LUANY DA SILVA ALVES

DISSEMINANDO O CONHECIMENTO SOBRE O QUE É O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL PARA
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E DA EJA DA ESCOLA JAIME VERISSIMO DE CAMPOS - Jaiminho

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Tecnólogo em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso Campus São Vicente como pré-requisito para a obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 14 de Dezembro de 2023.

Prof^a. Me. Nilmara Meireles Fonseca

(IFMT/VGD) - Orientadora

Prof^a Dra. Maria Auxiliadora de Almeida Arruda

(IFMT/VGD) - Avaliadora

Prof. Me. Rafael Santana Galvão Oliveira

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilmara Meireles Fonseca**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/12/2023 12:22:07.
- **Rafael Santana Galvao Oliveira**, PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO, em 19/12/2023 12:40:22.
- **Maria Auxiliadora de Almeida Arruda**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/12/2023 12:41:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 630287

Código de Autenticação: 90579ca7e8



Formulário 166/2023 - VGD-ENS/VGD-DG/CVGD/RTR/IFMT

RESUMO

A Economia Solidária busca inserir o ser humano no centro da atividade econômica, fortalecendo relações econômicas e sociais e valorizando o trabalho, especialmente para aqueles excluídos do mercado formal. Por meio de práticas alternativas, ela promove a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas. Baseada em princípios de dignidade humana, sustentabilidade e justiça social, a Economia Solidária busca construir uma sociedade mais cooperativa e digna. O objetivo deste trabalho é elaborar uma cartilha para disseminar o conhecimento da economia para alunos do ensino médio e da educação jovens e adultos (EJA), sobre o movimento de economia solidária, sensibilizando-os para os benefícios e o potencial da economia solidária em promover uma sociedade mais justa e equitativa. Para tanto se utilizou a metodologia de pesquisa-ação, de caráter exploratório e de abordagem quantitativa, qualitativa e descritiva. A pesquisa-ação envolve a colaboração entre pesquisadores e participantes na resolução de um problema coletivo. A investigação preliminar visa familiarizar-se com a questão e construir suposições. A pesquisa mista combina análises qualitativas e quantitativas, com a apresentação dos resultados por meio de tabelas e representações gráficas. A problematização foi realizada com base no Arco de Margueres, identificando o problema e propondo uma hipótese de solução. O estudo buscou introduzir práticas de metodologias ativas e educação sobre economia solidária em uma escola com aplicação de um questionário, aula expositiva e roda de conversas para avaliar o nível de conhecimento dos alunos sobre economia solidária. A pesquisa na escola Jaime Verissimo de Campos indica que a maioria dos alunos do Ensino Médio e EJA possui conhecimento limitado sobre a economia solidária, revelando lacunas no entendimento do conceito, participação em iniciativas e consciência ambiental. A falta de conhecimento sobre a contribuição para o PIB (94,3%) e o reconhecimento em fóruns internacionais (8,6%) evidenciam uma falta de compreensão ampla. Apesar disso, 57,1% dos alunos expressaram interesse em aprender mais sobre economia solidária, sugerindo uma oportunidade para intervenções educacionais futuras.

Palavras-chave: Economia solidária. Metodologia Ativa. Ensino medio.

ABSTRACT

The Solidarity Economy seeks to place human beings at the center of economic activity, strengthening economic and social relationships and valuing work, especially for those excluded from the formal market. Through alternative practices, it promotes survival and improved quality of life for millions of people. Based on principles of human dignity, sustainability and social justice, the Solidarity Economy seeks to build a more cooperative and dignified society. The objective of this work is to hold conversation circles to increase the knowledge of high school students and youth and adult education (EJA) students about this movement, making them aware of the benefits and potential of the solidarity economy in promoting a more productive society. fair and equitable. To this end, action research methodology was used, of an exploratory nature and with a quantitative, qualitative and descriptive approach. Action research involves collaboration between researchers and participants in solving a collective problem. Preliminary investigation aims to familiarize yourself with the issue and build assumptions. Mixed research combines qualitative and quantitative analyses, with the presentation of results through tables and graphical representations. The problematization was carried out based on the Margueres Arc, identifying the problem and proposing a hypothesis for a solution. The study aims to introduce practices of active methodologies and solidarity education in a school, divided into phases, such as a

dialogued expository class, text study, lecture cycle and application of a questionnaire to evaluate students' learning about solidarity economy. The research at Jaime Verissimo de Campos School indicates that the majority of high school and Adult Education (EJA) students have limited knowledge about the solidarity economy, revealing gaps in understanding the concept, participation in initiatives, and environmental awareness. The lack of awareness about its contribution to the GDP (94.3%) and recognition in international forums (8.6%) highlights a lack of comprehensive understanding. Nevertheless, 57.1% of students expressed interest in learning more about the solidarity economy, suggesting an opportunity for future educational interventions.

Keywords: Solidarity economy. Active Methodology. High school.

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tem por objetivo inserir o ser humano no centro da atividade econômica através do fortalecimento das relações econômicas e sociais, e da valorização do trabalho. A proposta desse modelo de produção é permitir que àqueles que se encontram à margem do mercado de trabalho formal possam sobreviver, mais dignamente, num contexto capitalista (Santos, 2014).

Devido ao relevante número de excluídos do mercado de trabalho formal, há a necessidade de criar novas formas de inserção desses indivíduos na economia, e nesse cenário surgem práticas de relações econômicas e sociais que propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo (Lechat, 2002).

Baseada em princípios que defendam a vida humana e a dignidade do indivíduo, a Economia Solidária constitui uma proposta de desenvolvimento sustentável, socialmente justo, com o objetivo de satisfazer as necessidades das pessoas (Lechat, 2002).

Além disso, a Economia Popular e Solidária é construída sob um arranjo organizacional de empresas coletivas, trabalhadores, consumidores, governo e instituições de apoio que juntos buscam construir e fomentar relações interpessoais objetivando uma melhoria na qualidade de vida e renda da população reduzindo o impacto ambiental (Santos, 2014).

A hipótese levantada nessa pesquisa é que a economia popular e solidária tem potencial de formar uma rede sustentável propiciando um desenvolvimento inclusivo. Entre os princípios econômicos solidários está a cooperação que gera possibilidade de construção de uma sociedade mais digna. Essa possibilidade levaram as autoras a optarem na análise desse tema e a partir dessa opção busca-se responder a seguinte problemática: O que os alunos ensino médio e da EJA da escola estadual Jaime Verissimo De Campos conhecem sobre Economia Solidária?

Nesse contexto, o objetivo geral do trabalho é elaborar uma cartilha para disseminar o conhecimento da economia para alunos do ensino médio e da educação jovens e adultos (EJA),

sobre o movimento de economia solidária, contribuindo com a disseminação do movimento como uma proposta de desenvolvimento local.

Para tanto, os objetivos específicos são: levantar o que os alunos do ensino médio e da EJA conhecem sobre o conceito e princípios da economia solidária; selecionar o arcabouço teórico e a linguagem que será utilizado na elaboração da cartilha; disponibilizar a cartilha informativa com linguagem simples disseminando o conhecimento sobre o movimento de economia solidária para a escola trabalhar diretamente com os alunos.

Essa pesquisa justifica-se, pois, o movimento de economia solidária é uma abordagem alternativa ao modelo econômico tradicional, que enfatiza a cooperação, a solidariedade e a preservação ambiental. No entanto, muitas pessoas podem não estar familiarizadas com esse conceito e seus princípios. Ao disponibilizar materiais com linguagem simples, é possível sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre o que é a economia solidária, seus benefícios e seu potencial para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para realizar ciclos de conversas sobre economia solidária, faz-se necessário compreender o conceito desta e seus princípios. Assim, neste tópico discute-se a construção do conceito de economia solidária.

O modelo atual de economia solidária teve origem na economia social do século XIX, a qual se expandiu por meio do socialismo utópico e do socialismo cristão. Segundo essas correntes de pensamento, representadas por autores como Henri Comte de Saint-Simon, Charles Fourier, Simonde de Sismondi, Louis Blanc e Robert Owen, a economia de mercado defendida pelos economistas clássicos era competitiva, injusta e prejudicial aos trabalhadores da época (Brue, 2005).

Assim, faz-se necessário compreender os conceitos de economia social e de economia solidária, a economia social é uma corrente que surgiu no século XIX como uma resposta ao avanço do capitalismo e da industrialização, e busca promover a inclusão social por meio de políticas públicas, como a proteção social, o cooperativismo e o associativismo (Silva, 2020).

Já a economia solidária tem sua origem no movimento cooperativista e sindical do século XIX, mas se consolidou como uma alternativa de produção e consumo na década de 1980, com a formação de redes de produção e comércio solidárias, baseadas em valores como a autogestão, a cooperação e a solidariedade (Lechat, 2010; Souza; Izepão; Castilho, 2017).

O autor Guélin fala que a economia social

[...] é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros (Guélin, 1998, p.13).

As definições fornecidas por Guélin e Laville ajudam a compreender melhor o conceito de economia solidária. Enquanto Guélin destaca a importância da livre vontade dos indivíduos na participação nesse tipo de economia, ressaltando que o poder não está vinculado à posse de capital e que os lucros não são a base para sua aplicação. Laville enfatiza a distinção da economia solidária tanto em relação à lógica do mercado capitalista quanto à lógica do Estado. Dessa forma, Laville diz que economia solidária é

[...] um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações em que o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional (Laville, 1994, p. 211 apud Lechat, 2010, p.07).

No mesmo cenário, Singer (2002) argumenta que a Economia Solidária representa um programa fundamentado na concepção de que as contradições inerentes ao capitalismo¹ abrem espaço para o desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é contrária ao modo de produção predominante. Além disso, ele argumenta que, caso essas organizações solidárias se estruturarem de maneira mais complexa do que meramente como uma resposta às demandas de trabalho, elas têm o potencial de se tornar uma alternativa eficaz e complementar ao sistema capitalista.

Portanto, embora a economia social e a economia solidária possam não ter conceitos e filosofias idênticas, ambas partilham uma preocupação com a população que se vê compelida a produzir sua própria subsistência, muitas vezes submetida à lógica do capital (Souza; Izepão; Castilho, 2017).

Duarte (2004) defende que diferente do que prevalece na organização do trabalho e na mão de obra assalariada dos trabalhadores em empresas, a economia solidária é uma forma de trabalho em que os excedentes são distribuídos de forma equitativa.

¹ É um sistema econômico que visa ao lucro e à acumulação das riquezas e está baseado na propriedade privada dos meios de produção. CARVALHO, Thalita. Capitalismo entenda como funciona esse sistema de produção. Politize! 2018.

Portanto, embora atualmente a maioria da produção global ocorra por meio do trabalho assalariado e de acordo com as regras impostas pelo capital, nos empreendimentos da economia solidária a autogestão e a solidariedade são seus pilares de sustentabilidade. Trata-se, portanto, de colocar o ser humano no centro do sistema e das relações produtivas, apesar de estarem subordinadas ao funcionamento do capital (Souza; Izepão; Castilho, 2017).

Em complemento, a autora Culti (2011) diz que as práticas da economia solidária têm em comum a ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Esse tipo de economia inclui empreendimentos baseados em livre associação, trabalho, cooperativa e autogestão. Eles são caracterizados por organizações de produtores, consumidores e créditos, que se diferenciam por promover e praticar a solidariedade entre seus membros e a autogestão de seus empreendimentos.

Portanto, economia solidária é caracterizada por uma lógica diferente de produção, comercialização e consumo, em que a qualidade e o desenvolvimento da vida humana ocupam o centro das atenções. Por meio dela, a produção de recursos gerada pelo trabalho coletivo é distribuída de forma equitativa entre o grupo, o que não só contribui para a sobrevivência, mas também produz valores solidários que levam à inclusão social e à valorização das relações produtivas. Para maior compreensão desta, será abordado a seguir os seus princípios.

3.1 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como apresentado no tópico anterior, a economia solidária é um modelo econômico que é uma alternativa ao capitalismo e busca garantir a participação democrática dos trabalhadores e a distribuição equitativa dos resultados econômicos. Ela apresenta princípios que definem o modo de produção e o funcionamento das organizações que a compõem.

Os autores Leal e Rodrigues (2018) dizem que esses princípios são os elementos essenciais que caracterizam os empreendimentos solidários. Embora haja divergências conceituais, há pontos em comum na literatura que permitem listar os princípios da economia solidária, que são: solidariedade, a autogestão, a cooperação e a democracia, responsabilidade ambiental.

3.1.1 SOLIDARIEDADE

Um dos princípios da economia solidária é a solidariedade, para tanto, é importante defini-la. O termo "solidariedade" pode ser entendido como reciprocidade, lealdade e altruísmo,

mas somente nos dois primeiros casos há uma verdadeira dependência recíproca, sem que haja evidência de desigualdade intrínseca entre os pares. Na literatura brasileira, esse é o sentido atribuído à economia solidária (Lechat, 2010).

Destaca-se que no contexto da Economia Solidária a solidariedade é caracterizada pela solidariedade democrática, que não deve ser confundida com a solidariedade filantrópica que é responsável por ações sociais caridosas (Leal, 2018).

Em conclusão, é evidente que, no âmbito da Economia Solidária, a solidariedade assume um papel fundamental e distinto da solidariedade filantrópica. A solidariedade democrática, que permeia esse modelo econômico alternativo, busca promover relações igualitárias e cooperativas entre os participantes, fomentando a autogestão, a inclusão social e a justiça econômica. Ao contrário da solidariedade filantrópica, que muitas vezes se limita a ações de caridade, a solidariedade democrática procura enfrentar as desigualdades estruturais e sistêmicas, buscando transformações duradouras e sustentáveis. Assim, compreender e valorizar a dimensão da solidariedade democrática é essencial para promover uma economia mais justa, inclusiva e solidária.

Nesse sentido, de forma complementar, Leal (2018) diz que a solidariedade democrática se baseia na igualdade, reciprocidade e na necessidade de organização para produção e Alexo (2015) diz que a solidariedade democrática e a associação entre iguais são essenciais para complementar o mercado, e só é possível existir em um ambiente democrático.

3.1.2 AUTOGESTÃO

A autogestão é outro princípio da Economia Solidária o qual, de acordo com Szul e Moura (2017, p. 3), é importante por gerar igualdade entre os trabalhadores: "Compreende-se que a autogestão como princípio norteador da Economia Solidária acaba por aumentar o contexto de igualdade e democracia dentro dos empreendimentos".

Na Economia Solidária, a autogestão significa que os trabalhadores são coproprietários dos empreendimentos, o que rompe com o sistema de alienação no qual o trabalhador apenas cumpre ordens sem questionamento. Lefebvre (2017, p. 141) destaca o papel da autogestão ao afirmar que apenas através dela os membros de uma livre associação podem ter controle sobre suas próprias vidas e torná-las suas próprias obras, o que também é chamado de apropriação e desalienação.

Em síntese, a autogestão na economia é uma forma alternativa de gestão, em oposição à heterogestão do sistema capitalista, com uma estrutura interna não hierárquica baseada na

participação democrática e trabalho coletivo dos trabalhadores. De acordo com Faria (2016), a autogestão é a negação da heterogestão. Para Silva e Silva (2014), a eficiência e qualidade dos produtos e serviços oferecidos são mais importantes do que a estrutura interna de gestão da autogestão para garantir sua sobrevivência e sustentação no mercado.

No entanto, a implementação desse modelo de gestão encontra desafios, especialmente em relação à capacitação dos trabalhadores que não foram educados para gerenciar, mas sim para serem gerenciados. O sucesso da autogestão depende da disponibilidade e do interesse dos trabalhadores, como aponta Singer (2002, p. 19): "O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige".

Os empreendimentos autogeridos são caracterizados pela participação ativa dos trabalhadores na administração. Na história da Economia Social, isso é demonstrado como um passo importante para o surgimento da Economia Solidária, já que alguns empreendimentos sociais surgiram do movimento de trabalhadores para evitar a falência de empresas capitalistas e manter seus empregos.

Na França, o cooperativismo de produção tornou-se um elemento constante da economia, mas a crise econômica dos anos 1970 levou o governo a oferecer subsídios para que os trabalhadores assumissem as empresas em risco de fechar. Isso resultou em um aumento significativo do número de cooperativas de produção, passando de 571 para 1.200 em cinco anos, com mais de 50 empresas transformadas em cooperativas operárias por ano (Singer, 2002, p. 95).

Essa característica da autogestão evidencia o compromisso da Economia Solidária com a geração de renda, ou seja, o uso da autogestão como ferramenta para evitar a falência de empresas e, conseqüentemente, o fechamento de postos de trabalho. Isso mostra que, embora os empreendimentos solidários valorizem a emancipação sociopolítica, eles não se dissociam do objetivo econômico de garantir a subsistência dos trabalhadores e manter a produção de bens e serviços (Leal; Rodrigues, 2018).

A estrutura organizacional de um empreendimento econômico solidário é caracterizada pela ausência de hierarquias e escalonamentos, uma vez que os valores da igualdade e isonomia são prioritários. Para viabilizar a produção, a estrutura organizacional conta com chefes de departamento ou seção, que têm como responsabilidade coordenar as atividades dos trabalhadores. No entanto, esses trabalhadores são representados na base e no topo da estrutura ao mesmo tempo. O órgão superior em uma autogestão é a assembleia geral, ocupada pela coletividade de trabalhadores (Leal; Rodrigues, 2018).

No empreendimento solidário, os valores da igualdade e isonomia são priorizados, e a estrutura organizacional é concebida de forma a permitir a participação ativa e igualitária dos trabalhadores. Embora existam chefes de departamento ou seção, sua função é coordenar as atividades dos trabalhadores, não exercer poder autoritário sobre eles. É importante ressaltar que esses trabalhadores são representados tanto na base quanto no topo da estrutura, ocupando a assembleia geral, o órgão superior da autogestão.

Na heterogestão, a tomada de decisões é centralizada e parte de cima para baixo, com o diretor ou gestor dando ordens e os empregados tendo uma participação limitada, a prestar contas e relatar seu desempenho (Szul; Moura, 2017).

Na autogestão, no entanto, a dinâmica é invertida. Os trabalhadores detêm o controle da produção e tomam decisões coletivas, com os chefes de departamento atuando como coordenadores e consultores. As mudanças são provocadas de baixo para cima, com os trabalhadores apresentando ideias e propostas para melhorar o empreendimento. A hierarquia é horizontal e os valores de igualdade e isonomia são fundamentais para a organização da estrutura (Leal; Rodrigues, 2018).

A inversão do fluxo de informações na autogestão resulta em uma administração mais transparente do empreendimento, com menos ocorrência de fraudes e desvios. Além disso, os trabalhadores compartilham responsabilidades e direitos, o que é fundamental para o bom funcionamento do empreendimento.

3.1.3. COOPERAÇÃO

Na Economia Solidária, a cooperação é fundamental para as interações sociais que acontecem nos empreendimentos solidários. Diferentemente da economia tradicional, onde a cooperação pode ser vista como uma estratégia alternativa para melhorar o desempenho econômico das empresas, nos empreendimentos solidários ela é vista como um valor intrínseco e essencial para a promoção do desenvolvimento socioeconômico justo e sustentável (Centenaro; Laimer, 2017, p. 66).

No contexto da economia solidária, as relações sociais são fundamentadas na cooperação e não na competição. De acordo com Porto e Opuszka (2015, p. 431), a cooperação tem como objetivo promover a interação social entre os participantes, estimulando a busca por um objetivo comum por meio de ações compartilhadas, com benefícios que serão divididos entre todos.

Enquanto na competição as ações são motivadas por interesses e objetivos individuais, na cooperação os indivíduos agem em conjunto, somando contribuições individuais de forma coordenada para alcançar um objetivo comum. Essas contribuições individuais são organizadas na estrutura administrativa cooperativa de forma consensual (Silva; Silva, 2014).

Estabelecer e manter empreendimento solidário em um contexto econômico capitalista é uma tarefa desafiadora. Nesse ponto, a cooperação também pode ser usada como uma ferramenta para melhorar a competitividade da empresa em relação aos seus concorrentes de mercado, como defendido por alguns autores:

[...] a formação de redes empresariais e as relações sólidas que elas podem manter podem fornecer às organizações suporte estratégico no desenvolvimento de suas atividades, permitindo-lhes obter vantagem competitiva no mercado global, uma vez que o desenvolvimento organizacional pode ser usado como uma forma de reestruturação produtiva do território local e também para a consequente modernização dessas empresas, melhorando seu desempenho e tornando-as mais competitivas (Silva; Silva, 2014, p. 10).

Assim, a criação de redes solidárias, funcionando com base na cooperação, torna-se indispensável para a expansão desse modelo econômico.

3.1.4. DEMOCRACIA

A Economia Solidária é um modo de produção que se destaca por sua preocupação com o desenvolvimento humano e social, em contraponto ao mero crescimento financeiro. Valores como a igualdade, a valorização do ser humano, a satisfação das necessidades humanas, o estímulo à liberdade e ao pensamento crítico são prioritários nesse modelo.

A democracia é o princípio que instrumentaliza esses valores, garantindo a participação igualitária de todos os envolvidos em um empreendimento solidário. Dessa forma, a democracia participativa é essencial para garantir a existência de uma condição de igualdade, onde todos possuem os mesmos direitos e oportunidades dentro desse modelo de produção (Porto; Opuszk, 2015; Leal; Rodrigues, 2018).

A democracia participativa é o princípio que assegura a igualdade de participação de todos os envolvidos em um empreendimento solidário, proporcionando igualdade de direitos e oportunidades. Não se resume apenas ao direito ao voto, mas envolve um processo de articulação coletiva onde as demandas são conciliadas de forma isonômica por meio de reflexões participativas.

Da Silva Junior e Vanzella (2017) explicam que a democracia participativa é mais do que o direito ao voto, que delega o poder de decisão a terceiros, mas sim um processo de

articulação coletiva em que as demandas são conciliadas de forma isonômica a partir de reflexões participativas.

A democracia desempenha um papel fundamental na Economia Solidária. No entanto, as cooperativas que agregam recursos para facilitar a compra e venda, como as cooperativas agrícolas, embora façam parte da esfera da economia social, não são classificadas como empreendimentos solidários (Paul Singer, 2002). O cooperativismo de compras e vendas não constitui um modo de produção alternativo ao capitalismo, pois não estende a democracia e a igualdade a todos os trabalhadores, preservando a divisão de classes entre os pequenos proprietários do capital cooperativo e os trabalhadores que lhes prestam serviços em troca de salários (Singer, 2002).

Na economia solidária, a adoção da democracia e da autogestão implica na participação equitativa dos sócios e seu poder na tomada de decisões, diferentemente da economia tradicional, em que o peso do voto é conforme a participação societária.

Nessa perspectiva, todos os sócios são considerados iguais, independentemente do capital social que possuem, e importa apenas o quanto cada um está disposto a contribuir solidariamente para o empreendimento. O tratamento isonômico e igualitário dos sócios corrobora com o ideal de valorização do ser humano, e não de sua propriedade (Porto; Opuszka, 2015).

Em suma, a economia solidária se destaca por seu compromisso com o desenvolvimento humano e social, valorizando a igualdade, a satisfação das necessidades humanas e a liberdade. A democracia participativa é essencial nesse modelo, garantindo a participação igualitária de todos os envolvidos, independentemente de seu capital social.

No entanto, é importante destacar a crítica de que certas cooperativas de compra e venda não se enquadram plenamente nesse conceito, pois não estendem a democracia e a igualdade a todos os trabalhadores. Certas cooperativas de compra e venda podem não estender plenamente os princípios de democracia e igualdade a todos os trabalhadores devido a uma variedade de razões. Isso pode ser devido a estruturas de gestão hierárquicas, onde algumas decisões importantes são tomadas por um grupo seleto de membros em vez de serem compartilhadas igualmente entre todos os participantes.

Outra razão pode ser a falta de mecanismos de participação efetiva de todos os membros no processo decisório, o que pode resultar em desigualdades de influência e poder. Além disso, em algumas cooperativas, a distribuição desigual de recursos ou benefícios entre os membros pode ocorrer devido a sistemas de compensação desiguais. Isso pode criar disparidades econômicas entre os membros, o que vai contra o ideal de igualdade na economia solidária.

Portanto, a crítica se baseia na observação de que, em certos casos, as cooperativas de compra e venda podem não estar em total conformidade com os princípios de democracia e igualdade que são centrais para a Economia Solidária. Assim, a adoção da democracia e da autogestão na economia solidária é fundamental para promover a igualdade e valorizar o ser humano.

3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A partir da segunda metade da década de 1970, o desemprego registrou índices elevados e continuou a crescer de maneira alarmante, precarizando os vínculos laborais entre empregador e empregado, submetendo estes últimos a abdicarem de seus direitos sociais na tentativa de assegurar sua sobrevivência, fenômeno conhecido como flexibilização. Conforme afirmado por Gonçalves (2011), a partir do início dos anos 80, ocorreu à quebra do ciclo de industrialização no Brasil, desencadeando uma longa crise de desenvolvimento que vinha ganhando força desde 1840.

Entretanto, mesmo com o avanço rápido da crise do desenvolvimento capitalista, simultaneamente foram surgindo novas alternativas de produção, com o objetivo de enfrentar a crise predominante. Assim, emergiu a fase de surgimento da economia solidária. Seria, então, o estágio inicial da economia solidária, que se valeu de forma excessiva da mão de obra decorrente da crise, bem como das tendências relacionadas ao que já existia durante o ciclo de industrialização no Brasil (Santana Junior, 2017).

Como resultado, a partir da metade dos anos 80 e consolidando-se nos anos 90, emerge no Brasil uma nova forma de produção, denominada Economia Solidária. Conforme descrito por Nascimento (2011), esse novo modelo é caracterizado como um "[...] conjunto de empreendimentos produtivos de natureza coletiva, com certo nível de democracia interna e que valorizam de forma favorável o trabalho em relação ao capital, seja no meio rural ou urbano" (Nascimento, 2011).

Por conseguinte, já existiam experiências anteriores de geração de trabalho e renda que desempenharam um papel importante a partir da organização das comunidades no Brasil. A expansão dessas iniciativas, de forma mais estruturada, teve início nos anos 90, período em que a exclusão e os processos ocorridos nos anos 80 se aprofundaram, em um contexto neoliberal. A situação era marcada por um aumento do desemprego, afetando não apenas o pleno emprego, mas também resultando na perda de empregos para aqueles que já estavam empregados. Dessa

forma, as organizações que surgiram nos anos 80 deram início a articulações, reconhecimento e identificação em torno do conceito de Economia Solidária (Lechat, 2002).

Os anos 2000 foram marcados por uma ampliação significativa da Economia Solidária, impulsionada pelos processos de articulação de diversos atores sociais, incluindo universidades, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), igrejas e Organizações Não Governamentais (ONGs), que se uniram e se articularam. Em 2001, ocorreu o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, proporcionando um espaço para que esses atores se encontrassem e discutissem, colocando em pauta e refletindo sobre esse projeto. Vale ressaltar que não se tratava apenas de experiências isoladas, mas de um projeto e uma proposta para um modelo alternativo de desenvolvimento (Silva, 2018).

Em 2002, devido às eleições do presidente Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu um aceleramento desse modelo, uma vez que os atores envolvidos se articularam para incluir a pauta da Economia Solidária no governo. Esse momento ficou marcado como a I Plenária, na qual foi solicitada a criação de uma política de Economia Solidária. Posteriormente, em 2003, foi estabelecida a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que foram os pilares do processo de expansão da Economia Solidária (Ronconi, 2008).

A articulação dos atores e a implementação de políticas públicas são dois espaços importantes. Do ponto de vista dos atores, temos o FBES, que realiza plenárias de Economia Solidária com resoluções que são momentos cruciais. As Plenárias Nacionais são a instância máxima de tomada de decisão, na qual são analisadas pelo FBES e fornecem orientações tanto para a coordenação nacional quanto para os fóruns estaduais (Ronconi, 2008).

Nessas discussões, há um processo de preparação que envolve desde debates sobre empreendimento nos municípios e nos estados até chegar a um debate em âmbito nacional, levando em consideração as possibilidades e direções a serem seguidas, bem como os desafios que precisam ser enfrentados (Ronconi, 2008).

Diante desse cenário, em 2002 ocorreu a realização da I Plenária Nacional, na qual participaram 200 pessoas de várias regiões do país. Essa plenária foi marcada pela demanda dos atores envolvidos para o governo criar uma política de Economia Solidária e estabeleceu os principais eixos, como crédito, produção, organização social, comercialização e consumo. Esse foi um passo importante na elaboração de diretrizes e argumentos que contribuiram para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil (Ronconi, 2008).

Com o apoio dos participantes da I Plenária, foi enviada uma carta ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, descrevendo a Economia Solidária como uma estratégia de

desenvolvimento e política, e solicitando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária dentro do Ministério do Trabalho (Ronconi, 2008).

No ano de 2003, ocorreu a II Plenária Nacional em São Paulo, com a presença de aproximadamente 800 pessoas, incluindo representantes da Economia Solidária internacional. Esse processo de articulação iniciado no novo governo fortaleceu os atores da Economia Solidária no Brasil (Ronconi, 2008).

A III Plenária Nacional foi realizada em junho de 2003, com a participação de 900 pessoas em São Paulo. Nesse encontro, foi definida uma estrutura para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, composta por três segmentos: empreendimentos, organizações de apoio e fomento, e gestores públicos. Também foram estabelecidas diretrizes para a interlocução com o governo, que seria realizada por meio da SENAES (Costa; Jesus, 2017).

Posteriormente, foi realizado o primeiro encontro nacional dos empreendimentos de Economia Solidária, com o objetivo de dar protagonismo a esses empreendimentos. Até então, a articulação era feita principalmente pelas entidades, e havia a necessidade de dar espaço para os empreendimentos assumirem um papel central (Costa; Jesus, 2017).

A SENAES passou a ser uma secretaria dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, articulando-se com diferentes ministérios que também tinham políticas relacionadas à Economia Solidária. Assim, a SENAES expandiu sua atuação em diversas áreas, como cultura, ciência e tecnologia, pescam e ministério do desenvolvimento social, onde foram desenvolvidos projetos de Economia Solidária (Silva, 2019).

Na III Plenária, o objetivo era articular as bases da Economia Solidária em nível global. Iniciou-se o processo de diálogo entre o FBES e a SENAES, visando unir interesses socioeconômicos e políticos fora do país. Como resultado, foram criados fóruns estaduais e regionais, e isso possibilitou a realização do I Encontro de Empreendimentos de Economia Solidária, com a participação de aproximadamente 2500 pessoas, representando trabalhadores de todos os estados, em 2004 (Silva, 2019).

Com a expansão da integração regional e estadual, em 2006, ocorreu a I Conferência Nacional em Brasília, na qual foram discutidas propostas de políticas públicas para a Economia Solidária. Somente em março de 2008, foi realizada a IV Plenária Nacional, no estado de Goiás, com a participação de 400 pessoas. O principal desafio desse encontro foi avançar na interiorização dos fóruns e consolidar todo o processo (Silva, 2019).

Somente em 2012, na V Plenária Nacional, retomou-se a discussão com foco na ampliação dos fóruns brasileiros. Em 2002, apenas cinco estados possuíam fóruns de Economia Solidária, incluindo Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e São Paulo. Em

2003, ocorreram plenárias estaduais em 17 estados para a constituição do FBES. Em 2006, os 27 estados do país já tinham seus fóruns, o que demandou um processo de organização.

Além disso, houve o processo de internacionalização, com a criação da Rede Internacional de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS), da qual o FBES faz parte. O FBES é o principal articulador do movimento de Economia Solidária, considerado um instrumento essencial, composto por três segmentos: empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos (Costa; Jesus, 2017).

Assim como nos fóruns, também ocorrem debates em grandes plenárias para discussão. No caso das políticas públicas, as conferências nacionais são os instrumentos utilizados, reunindo diferentes atores e o governo, como espaços institucionais para a definição de políticas públicas.

Posteriormente, ocorreu a II Conferência Nacional em 2010, com foco no direito de produzir e viver em cooperação e de maneira sustentável. Foi um momento de avaliação e revisão das necessidades para avançar. A III Conferência Nacional, realizada em novembro de 2014, teve como título "Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável".

Houve uma continuidade e um entendimento de que era necessário construir os planos nacionais para efetivar a Economia Solidária. Foram realizadas discussões sobre os planos de Economia Solidária em nível estadual e municipal, buscando avançar e implementar efetivamente a Economia Solidária no Brasil. Esses momentos representaram importantes etapas das políticas públicas (Gaiger; Kuyven, 2019).

No entanto, a partir de 2016, houve mudanças nos rumos e prioridades do governo, devido a um processo de golpe político. Isso resultou em uma grande transformação na articulação entre o movimento de Economia Solidária e as políticas públicas, inclusive com a redução do status da SENAES. A Economia Solidária enfrenta o desafio de continuar construindo e avançando na articulação com movimentos sociais, em um novo contexto social, econômico e político no qual o Brasil está inserido (Gaiger; Kuyven, 2019).

Uma das mudanças mais impactantes, com a mudança da política brasileira, após 2016, foi a redução do status da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que passou a ter menos autonomia e recursos para promover e desenvolver a Economia Solidária no país. Isso resultou em uma diminuição na capacidade de articulação e implementação de políticas públicas específicas para o setor (Silva; Moraes, Santos, 2020).

Além disso, as políticas econômicas adotadas a partir de 2016, com enfoque em medidas de austeridade e liberalização, impactaram negativamente os empreendimentos solidários. A

falta de apoio governamental e a ausência de incentivos fiscais e financeiros dificultaram a sustentabilidade e o crescimento desses empreendimentos.

Outro desafio enfrentado pela Economia Solidária foi a redução do diálogo e da interlocução com o governo. A participação do movimento de Economia Solidária em instâncias de discussão e formulação de políticas públicas foi afetada, limitando a capacidade de influenciar decisões e promover avanços na área (Silva, 2019).

Apesar desses desafios, é importante ressaltar que a Economia Solidária no Brasil possui uma base sólida e resistente, com uma rede diversificada de empreendimentos, organizações de apoio e articulação. Movimentos sociais, cooperativas, associações e demais atores continuam atuando e buscando alternativas para fortalecer a Economia Solidária (Costa; Jesus, 2017).

Nesse contexto, a articulação com outros movimentos sociais e a busca por parcerias e apoios externos ganham importância. A cooperação e a solidariedade entre os empreendimentos e organizações se tornam fundamentais para superar os obstáculos e fortalecer o setor.

Apesar das dificuldades enfrentadas, a Economia Solidária no Brasil mantém seu potencial transformador, promovendo relações de trabalho mais democráticas, inclusivas e sustentáveis. A luta por políticas públicas adequadas, o fortalecimento da rede de atores e a busca por espaços de participação e diálogo continuam sendo desafios importantes para impulsionar o desenvolvimento da Economia Solidária no país.

3.3 EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A relação entre Educação e Economia Solidária é fundamental para promover a transformação social e econômica baseada em princípios de solidariedade, cooperação e autogestão. A Educação desempenha um papel crucial na formação de indivíduos conscientes e atuantes, capazes de compreender e engajar-se na Economia Solidária.

A Educação para a Economia Solidária envolve diversos aspectos. Em primeiro lugar, é importante promover a conscientização e o conhecimento sobre os princípios e práticas da Economia Solidária, fornecendo informações sobre os diferentes tipos de empreendimentos solidários, seus benefícios sociais e econômicos, bem como as estratégias de organização e gestão adotadas (Pisicchio; Bonora, 2017).

Por meio da educação, busca-se, na economia solidária, desenvolver habilidades empreendedoras e cooperativas nos indivíduos, capacitando-os para criar e gerir empreendimentos solidários. Isso inclui promover a compreensão dos processos de tomada de

decisão coletiva, gestão participativa, trabalho em equipe, negociação e resolução de conflitos (Borges; Sguarezi, 2019).

Na educação em economia solidária também se enfatiza a importância da solidariedade e da cooperação como valores fundamentais nas relações econômicas. Isso envolve o desenvolvimento de habilidades sociais, como empatia, escuta ativa, respeito mútuo e colaboração, essenciais para fortalecer os laços comunitários e promover o bem-estar coletivo (Borges; Sguarezi, 2019).

Outro aspecto importante, no processo educacional solidário, é a promoção de uma consciência crítica em relação aos modelos econômicos dominantes, como o capitalismo, e a reflexão sobre alternativas mais justas e sustentáveis. Os estudantes são incentivados a questionar as desigualdades sociais, a exploração dos recursos naturais e as lógicas de acumulação de capital, buscando soluções baseadas na solidariedade e na equidade.

Dessa forma, a Educação para a Economia Solidária pode ser abordada em diferentes níveis educacionais, desde a educação básica até o ensino superior e a educação continuada. Pode ser integrados ao currículo por meio de disciplinas específicas, projetos de pesquisa, atividades extracurriculares, estágios em empreendimentos solidários e parcerias com organizações e redes da Economia Solidária.

A educação para a economia solidária também pode ser promovida por meio de programas de capacitação e formação de educadores, visando disseminar os princípios e práticas da Economia Solidária nas instituições educacionais e na sociedade em geral.

A Educação e a Economia Solidária são processos interdependentes, em que a Educação desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos conscientes e engajados na construção de uma economia mais justa, solidária e sustentável. A Economia Solidária, por sua vez, oferece oportunidades concretas para aplicar e vivenciar os princípios e valores aprendidos por meio da Educação, promovendo a cidadania ativa e a transformação social.

3 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa será adotada a metodologia de pesquisa-ação, metodologia ativa de caráter exploratório e quantitativo, qualitativa e descritiva.

Esta pesquisa pode ser definida como pesquisa-ação, pois “é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes da situação ou do

problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent,2009, p.16). Além disso, a prática de pesquisa é para identificar o problema e uma possível solução.

O processo de pesquisa-ação é dividido em quatro etapas principais, conforme proposto por Thiollent (2009): Fase Exploratória, Fase Principal, Fase de Ação e Fase de Avaliação. Fase Exploratória, a pesquisa começa com a identificação do problema por meio do Arco de Margueret. Envolve observação da realidade, identificação do problema e teorização. O objetivo é formular uma hipótese de solução.

Fase Principal, essa fase concentra-se na implementação da pesquisa. Envolve a realização de aulas expositivas dialogadas e estudo de textos com os alunos para identificar o nível de conhecimento sobre economia solidária que possuem.

Fase de Ação, nesta etapa, os dados coletados na fase anterior são compilados, e os métodos para a intervenção são determinados. São realizadas aulas expositivas dialogadas, estudos de textos e ciclo de palestras para melhorar o conhecimento dos alunos sobre economia solidária.

Fase de Avaliação, a última fase consiste em avaliar o impacto das intervenções. Isso é feito por meio da aplicação de um questionário para medir o quanto os alunos aprenderam sobre economia solidária após a intervenção.

De acordo com Gil (2007), a investigação preliminar visa proporcionar uma maior compreensão da questão em questão, a fim de torná-la mais clara ou desenvolver hipóteses. Por outro lado, a pesquisa mista, que combina abordagens qualitativas e quantitativas, como afirmam Lakatos e Marconi (2011), abrange diversas variáveis, cujas análises são frequentemente apresentadas por meio de tabelas e representações gráficas.

A problematização foi realizada a partir da revisão de literatura, onde se observou a realidade, identificou-se, teorizou-se o problema e então, levantou-se uma hipótese de solução. A hipótese de solução é que, levando em consideração as pessoas que não possuem bastante conhecimento sobre economia solidária, identificou-se que essa falta de conhecimento é um problema e a solução para ele é através da metodologia ativa realizada nesta pesquisa.

Portanto o foco do estudo é inserir práticas de metodologias ativas e educação solidária na escola Jaime Verissimo de Campos. A pesquisa ação deste trabalho foi dividida em fases, as fases da pesquisa ação (Fase Exploratória, Fase Principal, Fase de Ação e Fase de Avaliação). A primeira fase será realizada uma aula expositiva dialogada e estudo de texto com esses alunos, onde ocorrerá o levantamento do problema, ou seja, qual é o grau de conhecimento sobre economia solidária que esses alunos têm.

Na segunda fase, os dados adquiridos na primeira fase serão compilados e determinarão os métodos, a partir disso, entra a terceira fase que são as aulas expositivas dialogadas. Nessa terceira fase serão utilizados textos simples para o conhecimento do que é a economia solidária e será realizado um ciclo de palestras.

Uma vez determinada a metodologia primária a ser trabalhada, iniciou-se a fase de intervenção, com aplicação de questionário a 70 alunos e uma aula expositiva introdutória sobre o tema. A amostra da pesquisa foram 70 alunos do Ensino Médio e do EJA da escola Jaime Verissimo de Campos enquanto a análise dos dados foi da criação de gráficos a partir das respostas obtidas no questionário. Com base nas respostas obtidas no questionário, procedemos à melhoria da primeira fase da intervenção. Contudo, ao analisar os resultados dessa etapa, constatamos que o público-alvo detinha baixo ou nenhum conhecimento sobre o tema abordado. Dessa forma, diante da necessidade de trabalhar de forma mais consistente sobre o tema, de modo a levar ao público-alvo um conhecimento satisfatório sobre a problemática abordada, foi traçada a melhor metodologia para atingir tal objetivo.

Para aplicação das metodologias, com a instauração da segunda fase da intervenção, notou-se que demandaria um tempo considerável a ser trabalhado com o público-alvo. No entanto, a escola escolhida para o trabalho não detinha tempo suficiente para que fosse trabalhada a temática com os alunos, dispondo apenas de 1h30min, uma vez, para os trabalhos, o que inviabilizou sobremaneira a aplicação das metodologias inicialmente traçadas, somado ao fato de que os alunos não demonstraram maiores interesse sobre o assunto.

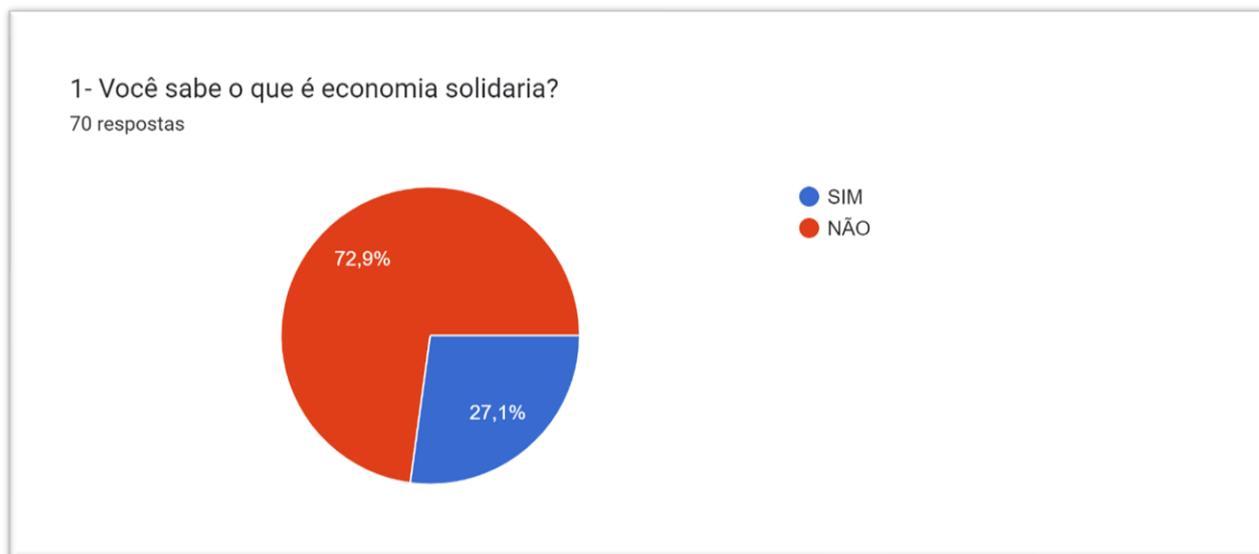
Assim, diante da escassez do tempo disponível, a falta de interesse dos alunos, e considerando a multiplicidade de temas a serem envolvidos, optamos por modificar o material utilizado. Essa adaptação foi convertida à elaboração de uma cartilha de linguagem simples, concebida com o propósito de ser distribuída e trabalhada de maneira mais eficaz durante as aulas, proporcionando uma abordagem mais tranquila junto aos alunos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de entender a percepção dos alunos a respeito da economia solidária, buscou-se desenvolver questionários, uma aula expositiva e um material de apoio. Os questionários foram aplicados aos 70 alunos do Ensino Médio e do EJA da escola Jaime Verissimo de Campos, cuja questões relacionavam-se ao conhecimento que eles detinham acerca da economia solidária. Contudo, apenas 70 alunos responderam ao questionário, cujo dados colhidos seguem abaixo:

A seguir com o gráfico 1, nota-se que a maioria dos estudantes não conhece esse conceito.

Gráfico 1 - Você sabe o que é economia solidária?



Fonte: autor

No gráfico 2 observa-se a resposta dos estudantes para a pergunta, observa se que a maioria dos estudantes desconhecia essa informação.

Gráfico 2- Você sabia que a economia solidária possui uma secretaria nacional?



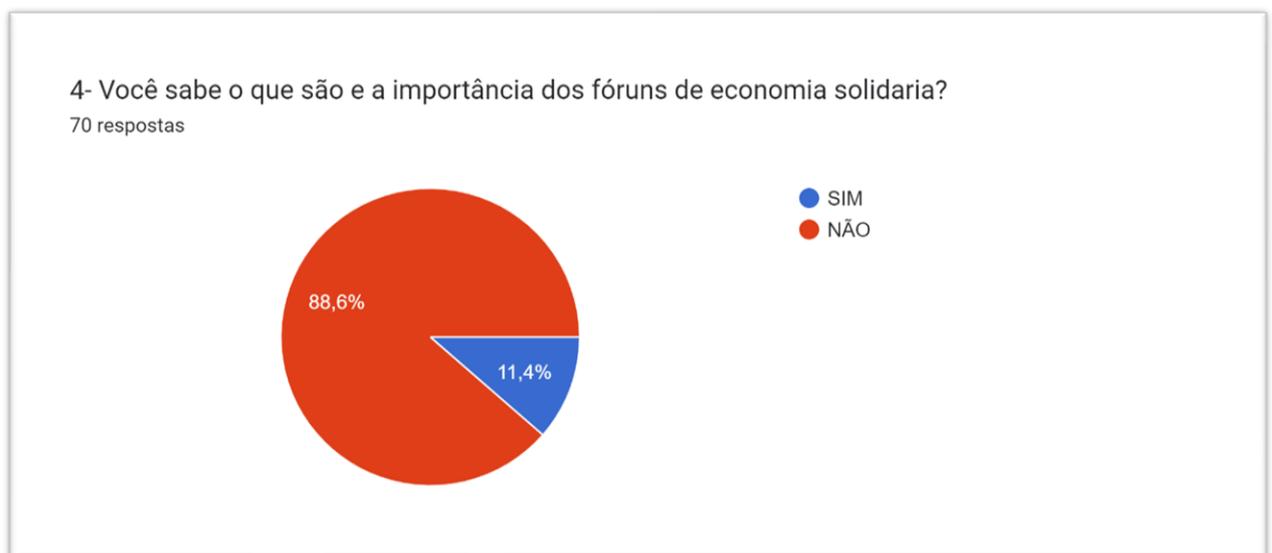
No gráfico 3 vemos que apenas 7,1% dos estudantes já haviam participado de alguma iniciativa ou projeto relacionado a economia solidária.

Gráfico 3 – Você participou de alguma iniciativa ou projeto relacionado a economia solidária?



No gráfico 4 vemos que 88,6% dos alunos não sabem a importância dos fóruns de economia solidaria.

Gráfico 4- Você sabe o que são e a importância dos fóruns de economia solidária

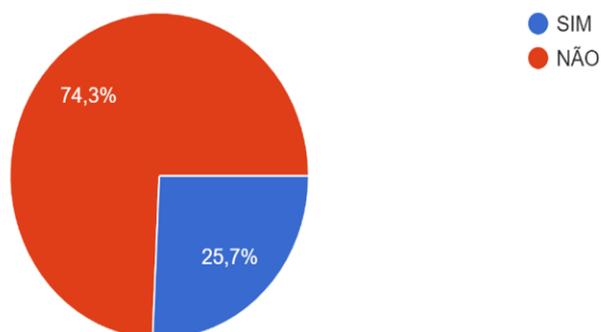


No gráfico 5 observa-se a resposta dos estudantes para a pergunta “, observa-se que apenas 25,7% obtinham essa informação.

Gráfico 5- Você sabia que a economia solidaria busca mecanismos limpos de produção preocupados com a preservação do meio ambiente?

5- Você sabia que a economia solidaria busca mecanismos limpos de produção preocupados com a preservação do meio ambiente?

70 respostas

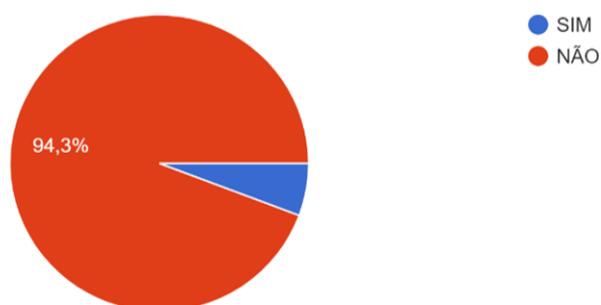


Observa-se que a grande maioria dos estudantes (94,3%), não sabiam sobre a importância da economia solidaria para o PIB do Brasil (gráfico 6).

Gráfico 6 - Você é conhecedor que as atividades de produção e consumo da economia solidária contribuem com 17% da formulação do PIB do Brasil?

6- Você é conhecedor que as atividades de produção e consumo da economia solidaria contribuem com 17% da formulação do PIB do Brasil ?

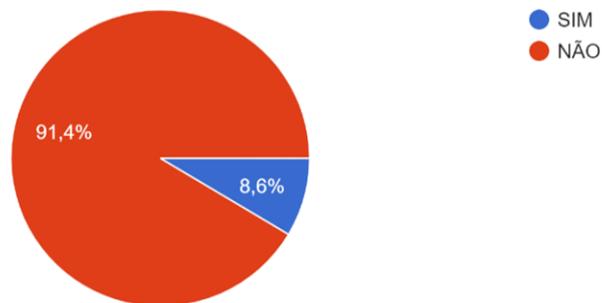
70 respostas



No gráfico 7, observa-se que apenas 8,6% dos entrevistados tinham conhecimento do montante de 12 bilhões que a economia solidaria movimenta anualmente no Brasil.

Gráfico 7- você sabia que a economia solidária movimenta cerca de 12b por ano no Brasil?

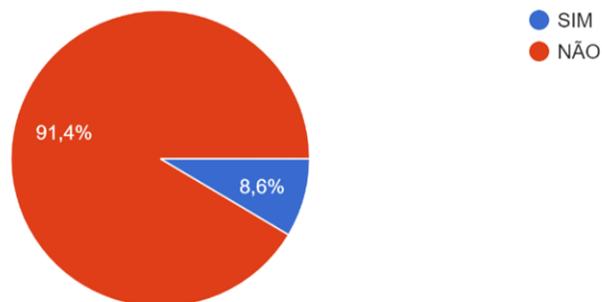
7- Você sabia que a economia solidaria movimentava cerca de 12 bilhões por ano no Brasil?
70 respostas



No gráfico 8 observa-se mais uma vez apenas a minoria (8,6%) sabiam dessa informação.

Gráfico 8 - Você é conhecedor que a economia solidaria é uma pauta de debate nas reuniões da ONU?

8- Você é conhecedor que a economia solidaria é uma pauta de debate nas reuniões da ONU?
70 respostas

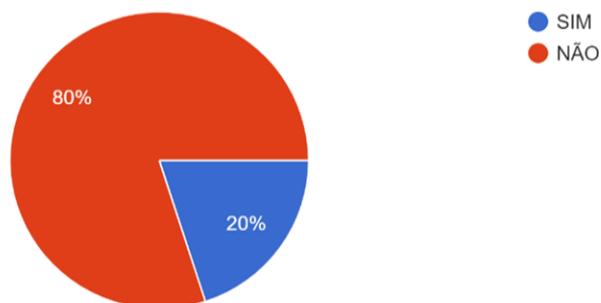


Observa-se no gráfico 9 que a grande maioria dos estudantes (80%) dos estudantes não sabiam que a economia solidaria vai além de gestos de caridade, mas também envolve atividades econômicas.

Gráfico 9 – você sabia que a economia solidária vai muito além de gestos de caridade e envolve as atividades econômicas com foco no cooperativismo, associações e desenvolvimento social?

9- Você sabia que a economia solidária vai muito além de gestos de caridade ,e envolve as atividades econômicas com foco no cooperativismo ,associações e desenvolvimento social?

70 respostas

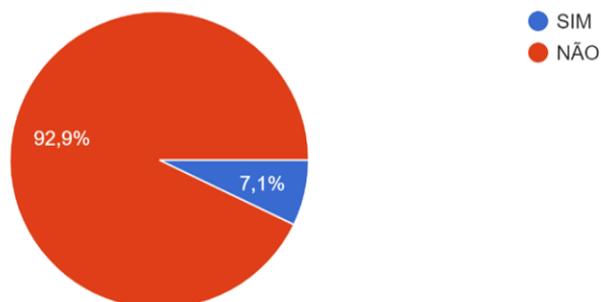


No gráfico 10 observa-se que apenas 7,1% dos estudantes sabiam que a economia solidária gera 398 mil empregos formais no Brasil.

Gráfico 10 – você sabia que a economia solidária gera em torno de 398 mil empregos formais no Brasil?

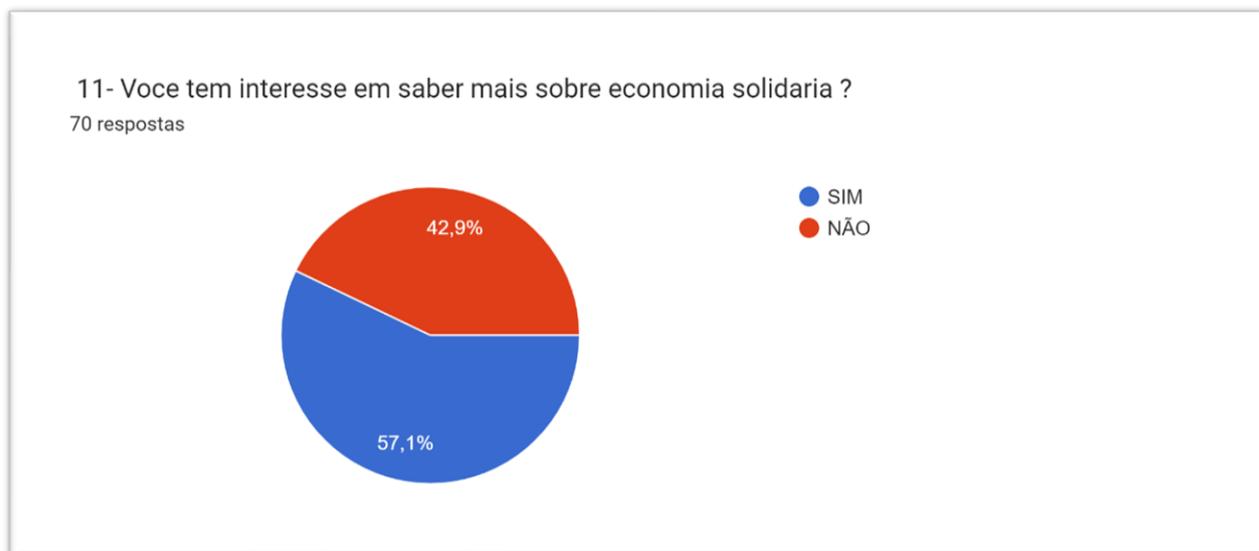
10- Você sabia que a economia solidária gera em torno de 398 mil empregos formais no Brasil?

70 respostas



No gráfico de número 11, observa-se que a resposta foi positiva, já que a maioria (57,1%) dos estudantes gostariam de saber mais sobre economia solidária.

Gráfico 11- Você tem interesse em saber mais sobre economia solidária?



A proposta inicial da pesquisa era realizar rodas de conversa e debate de materiais sobre o movimento de economia solidária diretamente com os alunos, no entanto a escola não possuía um calendário com datas suficiente para a realização da intervenção por esta abordagem. Mas para ilustrar o nível de participação e de público-alvo, na figura 1 apresentamos uma aula expositiva dialogada e estudo de texto com os alunos que foi ministrada:

Figura 1 – aula ministrada



Depreende -se os gráficos acima colacionados que o nível de conhecimento dos alunos público-alvo acerca da economia solidária é relativamente baixo.

Outrossim, verificando a complexidade do calendário e da disponibilidade de datas para dar continuidade na intervenção por esta abordagem de modo que tornou o desenvolvimento da pesquisa mais dificultosa.

Em vista disso, fez-se necessária a mudança de abordagem para exposição do tema, com elaboração de uma cartilha informativa (Apêndice 1), que foi compartilhada com os alunos durante a aula, de forma a disponibilizar o material para ser apreciado com mais tempo pelo público-alvo.

A referida cartilha disporá de forma didática (Apêndice 1), em uma linguagem descontraída, questões acerca de conceito da economia solidária, seus benefícios, os impactos que tal economia tem na sociedade e as maneiras de sua aplicação no dia-dia. O material foi trabalhado nas salas de aula, no tempo suficiente para que todas as questões trazidas nela sejam expostas de forma satisfatória à compreensão dos alunos.

Nesse contexto, espera-se que os resultados dessa pesquisa demonstrem uma melhoria no conhecimento e na conscientização dos alunos sobre a economia solidária, contribuindo para a formação de cidadãos mais engajados e conscientes da importância da solidariedade e cooperação na atividade econômica.

Ao analisar os dados apresentados nos gráficos sobre o conhecimento dos estudantes acerca da economia solidária, é possível estabelecer uma relação com as ideias de autores citados no texto inicial. Pisicchio e Bonora (2017), por exemplo, destacam a importância de promover a conscientização e o conhecimento sobre os princípios e práticas da Economia Solidária. Os resultados do gráfico 1 revelam que a maioria dos estudantes não conhece esse conceito, indicando uma lacuna na conscientização, o que reforça a necessidade apontada pelos autores.

Borges e Sguarezi (2019), que enfatizam o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e cooperativas na educação para a economia solidária, têm suas ideias corroboradas pelos dados apresentados nos gráficos 3 e 10. A baixa participação dos estudantes em iniciativas relacionadas à economia solidária (gráfico 3) sugere uma lacuna na promoção de habilidades empreendedoras. Da mesma forma, a falta de conhecimento sobre a geração de empregos formais pela economia solidária (gráfico 10) pode indicar uma falha na capacitação dos alunos nesse aspecto.

A ênfase na importância da solidariedade e cooperação como valores fundamentais nas relações econômicas, conforme abordado por Borges e Sguarezi (2019), pode ser relacionada aos resultados dos gráficos 4, 5 e 9. A falta de conhecimento sobre a importância dos fóruns de economia solidária (gráfico 4) e sobre as práticas ambientalmente conscientes da economia

solidária (gráfico 5) indica uma carência na compreensão desses valores. O gráfico 9, que revela que a maioria dos estudantes não compreende que a economia solidária vai além de gestos de caridade, confirma essa falta de entendimento sobre a amplitude dessa abordagem econômica.

A abordagem crítica em relação aos modelos econômicos dominantes, como destacado no texto inicial, encontra respaldo nos gráficos 6 e 7. O fato de grande parte dos alunos não saber que as atividades de produção e consumo da economia solidária contribuem com 17% do PIB do Brasil (gráfico 6) sugere uma falta de consciência sobre alternativas mais justas e sustentáveis. Além disso, a baixa informação sobre o montante movimentado pela economia solidária no Brasil (gráfico 7) evidencia uma lacuna na reflexão crítica sobre a relevância desse setor na economia nacional.

Diante desses dados, a proposta de uma cartilha informativa (Apêndice 1), como sugere o texto, se alinha com a necessidade de ajustar a abordagem educacional para preencher as lacunas identificadas. Autores como Paulo Freire, que enfatizam a pedagogia da conscientização, podem embasar a estratégia de despertar maior interesse nos alunos público-alvo, como proposto na discussão do texto. Portanto, a comparação dos dados com as ideias dos autores permite uma análise crítica e embasada sobre a eficácia da Educação para a Economia Solidária, identificando áreas que necessitam de maior atenção e ajustes na abordagem pedagógica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que este trabalho teve como objetivo o objetivo geral do trabalho é elaborar uma cartilha para disseminar o conhecimento da economia para alunos do ensino médio e da educação jovens e adultos (EJA). A fim de responder a problemática: O que os alunos ensino médio e da EJA da escola estadual Jaime Verissimo De Campos conhecem sobre Economia Solidária?

Considerando a pesquisa realizada, torna-se evidente a necessidade de disseminar mais informações sobre a economia solidária. A constatação de um baixo nível de conhecimento entre os estudantes entrevistados revela a carência de uma abordagem mais aprofundada desse tema nas instituições de ensino.

Os resultados da pesquisa revelam que a maioria dos alunos (70%) do Ensino Médio e EJA na escola Jaime Verissimo de Campos possui um conhecimento limitado sobre a economia solidária. Os questionários aplicados indicaram que a maioria dos estudantes não está familiarizada com o conceito, desconhecendo aspectos como a existência de uma secretaria

nacional dedicada a essa forma de economia. Além disso, poucos alunos participaram de iniciativas relacionadas à economia solidária (7,1%) e demonstraram falta de conhecimento sobre a importância dos fóruns (88,6%) e das práticas ambientalmente conscientes dessa abordagem econômica (25,7%).

A grande maioria dos estudantes (94,3%,) não estava ciente da contribuição significativa da economia solidária para o PIB do Brasil. Também houve baixo conhecimento sobre o montante movimentado anualmente pela economia solidária (8,6%,) e seu reconhecimento em fóruns internacionais, como nas reuniões da ONU (8,6%). A falta de compreensão sobre a amplitude da economia solidária além de gestos de caridade foi evidente (80%,), assim como o desconhecimento sobre a geração expressiva de empregos formais por essa modalidade econômica (7,1%). No entanto, uma parcela significativa (57,1%,) demonstrou interesse em aprender mais sobre o tema.

Diante dessa constatação, optou-se pela elaboração de uma cartilha (Apêndice), visando criar um material dinâmico, de fácil compreensão e didático. A intenção é proporcionar aos educadores uma ferramenta que possa ser utilizada em sala de aula, uma vez que, durante a pesquisa, o tempo disponibilizado pela escola revelou-se insuficiente para abordar adequadamente o tema.

As limitações desta pesquisa incluem o tamanho da amostra, que foi restrito aos alunos da escola Jaime Verissimo de Campos, podendo não representar totalmente a diversidade de conhecimentos sobre economia solidária em outras instituições. Além disso, a abordagem utilizada, baseada em questionários e gráficos, pode não captar nuances mais qualitativas das percepções dos alunos sobre o tema. A falta de tempo disponibilizado pela escola para a realização de rodas de conversa e debates também limitou a interação direta com os alunos.

Sugestões para pesquisas futuras incluem a ampliação da amostra para incluir estudantes de outras escolas e regiões, proporcionando uma visão mais abrangente sobre o conhecimento em economia solidária. Além disso, a utilização de métodos mistos, como entrevistas qualitativas, pode enriquecer a compreensão das percepções dos alunos, permitindo uma análise mais aprofundada. Considerar a implementação de intervenções educacionais ao longo do tempo e avaliar seu impacto também pode fornecer insights valiosos sobre a eficácia de abordagens pedagógicas na promoção do conhecimento sobre economia solidária. Adicionalmente, explorar a possibilidade de parcerias com instituições externas, como organizações ligadas à economia solidária, pode enriquecer a pesquisa com perspectivas práticas e experiências reais.

6 REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. **Da economia social para a economia solidária**. 2015. Tese de Doutorado. 2015.
- ALVES, Juliano Nunes et al. A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, nº 2, Paper 1, Abr./Jun. 2016.
- BORGES, J. L.; SQUAREZI, S. B. Economia solidária e educação. **Akrópolis Umuarama**, v. 27, n. 1, p. 3-10, jan./jun. 2019.
- COSTA, Bianca A. Lima; DE JESUS, Paulo. A economia solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social. **Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v. 2, n. 2, p. 241-264, 2017.
- GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 811-834, 2019.
- GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Economica, 1988.
- LEAL, Kamila; RODRIGUES, Marilsa. Economia solidária: conceitos e princípios roteadores. **Revista Humanidades e Inovação** v.5, n. 11 – 2018.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e Seu Aparecimento no Brasil**. In Eronita Silva Barcelos, Pedro Carlos Rasia, Enio Waldir da Silva (Orgs.) - Ijuí:Ed.Unijui, 2010. 392 p.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. **Economia Solidária Volume**, v. 4, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. Problemas teóricos da autogestão. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 41, 2017.
- PISICCHIO, Rosely Jung; BONORA, Ana Paula Machado. O Papel da Universidade na disseminação da Economia Solidária: A experiência de uma Incubadora de Empreendimentos Solidários. **Trabalho (En) Cena**, v. 2, n. 1, p. 144-155, 2017.
- PORTO, Pedro Augusto Cruz; OPUSZKA, Paulo Ricardo. Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 38, p. 422-441, 2015.
- RONCONI, Luciana Francisco de Abreu et al. **A Secretaria Nacional de Economia Solidária: uma experiência de governança pública**. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91635>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- SANTANA JÚNIOR, Gildásio. **A economia solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social**. 2017.

SANTOS, Raphael Salomão Eulálio da Costa. **Economia popular e solidária: uma opção aos excluídos do mercado formal de trabalho.** 2014. Trabalho de conclusão de curso (bacharel em economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Cleverson Aléssio da et al. **Fatores que influenciam na longevidade das cooperativas da agricultura familiar.** 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SILVA, Katarina Ribeiro da. **O movimento de economia solidária em Campos dos Goytacazes (RJ): uma análise do papel do Fórum de Economia Solidária na política pública local.** 2019.

SILVA, Sandro Pereira. Economia solidária e movimentos sociais no Brasil: da emergência de um novo paradigma mobilizatório ao momento de inflexão política. Cadernos de Campo: **Revista de Ciências Sociais**, n. 26, p. 131-158, 2019.

SILVA, Sandro Pereira. Laços na diversidade: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil. Texto para Discussão, 2018.

SILVA, Sandro Pereira; MORAIS, Leandro Pereira; SANTOS, Dayvid Souza. **Repertório programático e resiliência das políticas subnacionais de economia solidária no Brasil: síntese de experiências estaduais e municipais.** 2020.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego.** Editora Contexto, São Paulo, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. In: **Proposta – Revista Trimestral de Debates.** São Paulo: FASE, 1997.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidário.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE



The infographic is divided into three horizontal panels. The top panel features a man in a suit and glasses giving a thumbs up. The middle panel shows two men in suits, one with raised fists. The bottom panel shows a man in a suit walking. The background consists of green and blue sections with star and dot patterns.

ECONOMIA SOLIDÁRIA TRANSFORMA VIDAS

HAVIA UM EMPREENDEDOR CHAMADO **PEDRO**, QUE TINHA UMA PEQUENA EMPRESA DE ARTESANATO.

UM DIA, ELE CONHECEU UM JOVEM CHAMADO **LUCAS**, QUE ESTAVA PROCURANDO UMA OPORTUNIDADE DE TRABALHO.

LUCAS TINHA OUVIDO FALAR SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DECIDIU CONVERSAR COM **PEDRO** SOBRE ESSA IDEIA. ELE EXPLICOU COMO A ECONOMIA SOLIDÁRIA PODERIA BENEFICIAR O EMPREENDEDORISMO.

PEDRO FICOU CURIOSO E PEDIU PARA **LUCAS** EXPLICAR MAIS SOBRE ISSO.

LUCAS DISSE QUE A **ECONOMIA SOLIDÁRIA** É UMA FORMA DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA BASEADA NA COOPERAÇÃO E NO COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS.

ELE EXPLICOU QUE, AO ADOTAR OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, **PEDRO** PODERIA SE UNIR A OUTROS EMPREENDEDORES LOCAIS E FORMAR UMA REDE DE APOIO MÚTUO. ELES PODERIAM COMPARTILHAR CONHECIMENTOS, RECURSOS E ATÉ MESMO CLIENTES, FORTALECENDO SEUS NEGÓCIOS.

★ **PEDRO** PERCEBEU QUE ISSO PODERIA SER UMA ÓTIMA OPORTUNIDADE PARA EXPANDIR SUA EMPRESA. ELE DECIDIU SE JUNTAR A **LUCAS** E OUTROS EMPREENDEDORES DA REGIÃO PARA CRIAR UMA COOPERATIVA DE ARTESANATO.



JUNTOS, ELES COMEÇARAM A COMPARTILHAR OS CUSTOS DE MATÉRIA-PRIMA, DIVULGARAM SEUS PRODUTOS EM CONJUNTO E ATÉ MESMO ORGANIZARAM FEIRAS LOCAIS PARA VENDER SEUS PRODUTOS. A ECONOMIA SOLIDÁRIA PROPORCIONOU A **PEDRO** UMA REDE DE APOIO E NOVAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO.

COM O TEMPO, A COOPERATIVA DE ARTESANATO SE TORNOU REFERÊNCIA NA REGIÃO, ATRAINDO MAIS CLIENTES E GERANDO MAIS RENDA PARA TODOS OS MEMBROS. **PEDRO** PERCEBEU QUE, AO ADOTAR A ECONOMIA SOLIDÁRIA, ELE NÃO APENAS FORTALECEU SEU EMPREENDEDIMENTO, MAS TAMBÉM CONTRIBUIU PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE.



A HISTÓRIA DE PEDRO E LUCAS MOSTRA COMO A ECONOMIA SOLIDÁRIA PODE TRAZER BENEFÍCIOS PARA O EMPREENDEDORISMO. AO COMPARTILHAR RECURSOS E COOPERAR COM OUTROS EMPREENDEDORES, É POSSÍVEL FORTALECER OS NEGÓCIOS E CRIAR UM IMPACTO POSITIVO NA SOCIEDADE.

E ASSIM, **PEDRO** E **LUCAS** CONTINUARAM A TRABALHAR JUNTOS, INSPIRANDO OUTROS EMPREENDEDORES A ADOTAREM A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA FORMA DE IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE SUAS COMUNIDADES.

